



European Trade Union Confederation (ETUC)  
Confédération européenne des syndicats (CES)

## PLANOS DE SALVAÇÃO DA UE/FMI: O DIÁLOGO SOCIAL E A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA SÃO POSTOS EM CAUSA

Numa carta, hoje dirigida, ao Comissário Europeu Olli Rehn, a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) denuncia os “diktats” e as pressões dos funcionários da Comissão Europeia que visam diminuir os salários e as reformas, atenuar a “rigidez” salarial e a tornar os mercados de trabalho mais flexíveis, na Grécia e na Irlanda. John Monks, Secretário Geral da CES, solicita uma reunião urgente a fim de clarificar estas questões e alerta que será impossível à CES apoiar qualquer acção da UE que vá nessa direcção.

A CES recebeu os relatórios dos sindicatos gregos e irlandeses seus filiados respeitantes ao papel dos funcionários europeus na implementação dos planos de salvação da UE e do FMI. Segundo esses relatórios, torna-se evidente que os funcionários da Comissão não têm em conta os processos de diálogo social e da negociação colectiva e estão a intervir directamente nos mercados de trabalho destes dois Países. Estas imposições são levadas a cabo com o objectivo de diminuir os níveis de vida.

*“Esta política de nítida interferência nos mercados de trabalho espezinha todas as piedosas declarações da Comissão no que concerne a autonomia dos parceiros sociais, a importância do diálogo social e a exclusão específica nos tratados a UE de uma competência europeia sobre os salários”* declarou John Monks

Na véspera do lançamento do processo do semestre europeu, o movimento sindical europeu está preocupado com as propostas sobre a governação económica – bem como com qualquer novo tratado que as consagrasse – que poderiam reduzir os Estados Membros a um estatuto praticamente colonial.

→ Carta dirigida ao comissário europeu Olli Rehn:

Bruxelas, 11 de Janeiro de 2011

M. Olli Rehn  
Comissário responsável pelos Assuntos Económicos e Monetários  
Comissão europeia  
Berlaymont  
1049 Bruxelas

C/Cópia para:

Sr. José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia  
Sr. László Andor, Comissário responsável pelo Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão  
Sr. Herman Van Rompuy, Presidente do Conselho Europeu  
Sr. Dominique Strauss-Kahn, Director Geral do Fundo Monetário Internacional  
Sr. Claude Trichet, Presidente do Banco Central Europeu  
Sr. Viktor Orbán – Primeiro Ministro da Hungria – Presidência da UE

(Carta enviada por e-mail)

Caro Senhor Comissário,

Tenho estado a receber os relatórios dos sindicatos grego e irlandês respeitantes ao papel dos vossos funcionários na implementação dos planos de salvação da UE/FMI.

A acusação específica é a de que os funcionários da Comissão estão a ignorar os processos de diálogo social e de negociação colectiva, intervindo directamente nos mercados de trabalho destes dois Países. As imposições levadas a cabo têm como objectivo reduzir os níveis de vida. Assim, as propostas saídas da Comissão têm como desígnio baixar o salário mínimo e atenuar a “rigidez” salarial, restringir o acesso às pensões, tornar os mercados de trabalho mais flexíveis, e no caso da Irlanda, permitir que os salários reflectam “as condições do mercado” (os termos entre comas foram retirados da correspondência do Sr. Szekely da Direcção Geral Assuntos Económicos e Financeiros).

Não deveria ser necessário lembrar-lhe que esta nítida política de interferência nos mercados de trabalho espezinha todas as piedosas declarações no que concerne a autonomia dos parceiros sociais, a importância do diálogo social e a exclusão específica nos tratados da UE de uma competência europeia sobre os salários.

De facto, esta situação constitui um ataque à Europa Social e situa-se nos antípodas da perspectiva indulgente e de não interferência quanto ao rápido crescimento dos níveis dos salários de topo, incluindo os bónus bancários.

Constitui, actualmente, uma evidência que este ataque configura um exemplo típico da pressão exercida pela Comissão quanto à diminuição das condições sociais da Europa. As propostas da governação económica são, provavelmente, para a generalização destas pressões na Zona Euro e mesmo para além dela, não se aplicando apenas aos países que se defrontam com dificuldades a nível dos mercados mundiais das obrigações.

Nestas circunstâncias, venho solicitar uma reunião urgente a fim de clarificar estas questões e avisar que a CES entende ser completamente impossível apoiar qualquer acção da UE que vá neste sentido, ou propostas sobre a governação económica - bem como qualquer novo tratado que as consagre - o que se assemelha, em certa medida, às disposições sobre a reparação (punição) do Tratado de Versalhes, reduzindo os estados Membros a um estatuto quase colonial.

Na expectativa de uma resposta imediata ao meu pedido, envio os meus mais sinceros cumprimentos.

John Monks  
Secretário Geral

***Nota: tradução da responsabilidade da UGT, baseada nas versões inglesa e francesa***

